

Marx e a importância das flutuações econômicas na determinação das lutas de classes

DEMIAN BEZERRA DE MELO*

Resumo:

O propósito desta comunicação é discutir como, no interior da obra teórica de Marx, se desenvolveu o problema da relação entre as crises econômicas e a luta de classes. Sabe-se que tanto Marx como Engels consideraram a crise do comércio internacional em 1847 como a parteira das revoluções de 1848; e que a derrota desta vaga revolucionária teria sido o resultado da rápida retomada das condições da acumulação capitalista a partir de 1849. É justamente depois destes episódios que Marx realizaria seu *tour de force* em sua crítica da economia política, tornando sua visão mais aguda sobre a dinâmica da economia capitalista, como aparecerá pela primeira vez nos *Grundrisse*, de 1857-58. No momento em que ele fez a redação deste texto seminal, o capitalismo atravessava a sua primeira grande crise global, cujos resultados no plano político frustrariam as expectativas de Marx, que esperava da crise um sinal da reativação do movimento revolucionário. Nossa hipótese é de que essa inquietação acabaria ganhando solução em alguns trechos do Prefácio de 1859, ao livro *Contribuição à crítica da economia política*, quando Marx discute, em um elevado nível de abstração, as situações em que determinadas formas sociais encontram-se em crise profunda.

Abstract:

The purpose of this communication is to discuss, within the evolution of Marx's theoretical work, the problem of the relationship between economic crises and class struggle. It is known that both Marx and Engels considered the crisis of international trade in 1847 as the midwife of the 1848 revolutions, and the defeat of the revolutionary wave would have been the result of the rapid resumption of the conditions of capitalist accumulation since 1849. It is just after these episodes that Marx would make his *tour de force* in his critique of political economy, making sharper his vision on the dynamics of the capitalist economy, as it will appear first, in 1857-58, in the *Grundrisse*. In the moment he did this seminal writing, capitalism was going through its first major global crisis, whose results in the political plan frustrated the expectations of Marx, who expected in the crisis a sign of the reactivation of the revolutionary movement. Our hypothesis is that this concern would winning solution in some sections of the 1859 Preface to the book *A Contribution to the Critique of Political Economy*, when Marx discusses, at a high level of abstraction, the situations in which certain social forms are in deep crisis.

* Doutorando em História pela UFF e bolsista da CAPES.

De uma forma geral a noção moderna de *crise* aplicada ao processo político remonta pelo menos ao século XVII. Metáfora advinda da linguagem médica, o termo foi transposto para o vocabulário político não por acaso em um momento no qual a própria reflexão filosófica passou a tratar o Estado como um *corpo*. Como esclarece Reinhart Koselleck:

“A transposição do conceito de crise do âmbito da medicina para o da política ocorreu na Inglaterra já no século XVII.” (...) “Dada a concepção, então predominante, de Estado como um corpo, não era algo remoto aplicar a linguagem médica da crise ao domínio da política.” (KOSELLECK, 1999: 229 e 145).

Nota-se que não foi em qualquer momento histórico que surgiria tal noção, mas justamente no bojo das revoluções burguesas e das elaborações teóricas que as acompanhariam. Nesse sentido, a noção de *crise* aparece não só como maneira de descrever uma sociedade em que determinadas estruturas sociais chegaram ao seu limite (no caso, o Antigo Regime), mas também como “aviso” de que outra forma social deveria se impor (a sociedade burguesa).

No oitocentos, críticos da sociedade capitalista, então em ascensão, notariam a recorrência de uma forma específica de crise, a superprodução de mercadorias, que periodicamente passavam a perturbar o desenvolvimento econômico. Em oposição evidente com o enunciado de Jean-Baptiste Say – que advogava a possibilidade de, em uma situação de funcionamento adequado das leis de mercado, existir um equilíbrio entre produção e consumo –¹, um desses críticos advogaria o caráter necessário destas crises. Esse é o caso notório da teoria de Karl Marx,² que caracterizou tais crises como um desdobramento das contradições iminentes ao modo de produção burguês. Note-se, porém, que embora seja o autor que esclareceu esta dinâmica cíclica da economia capitalista, Marx não foi o primeiro a perceber que o próprio sistema engendrava estas crises. Em seu clássico livro sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, E. P. Thompson localizou em uma resolução dos tecelões de Leicester em 1817 um trecho que caracterizou como uma “teoria sobre as crises capitalistas baseada no subconsumo”

¹ Segundo Marx, a idéia de um “equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores”, ou seja, da “estupidez em torno da impossibilidade da superprodução”, na verdade remete a James Mill. Tal enunciado, conhecido como Lei de Say, acabou por influenciar o mais destacado economista político, David Ricardo. Ver (MARX, 1980: 929 e *passim*; MARX, 1987:377).

² Para uma discussão profunda do conceito de crise no interior da obra madura de Marx, (GRESPLAN, 1999).

(THOMPSON, 1987: 31). Isso sem falar dos economistas burgueses, como Malthus, e românticos, como Sismonde de Sismondi, que antes de Marx, buscariam estabelecer as razões da recorrência das crises. Em *Novos princípios de economia política* (1819), de Sismondi, e em *Princípios de economia política* (1820), de Malthus, a Lei de Say seria posta em xeque.

Embora obviamente não existam crises econômicas que não possuam desdobramentos na vida social, para Marx estas são crises bastantes específicas. É que para este autor a modernidade capitalista instaura uma abstração da esfera econômica³ de tal modo que acaba por produzir uma dinâmica temporal de ritmo próprio, um tempo abstrato (POSTONE, 1993), que passa a conviver com outros tempos discordantes (BENSAÏD, 1995). No movimento tautológico de valorização desmedida da forma acabada do valor, de tempos em tempos são produzidas perturbações: o volume da produção social não encontra possibilidade de realização, sendo interrompida a metamorfose mercantil. Porém, é certo que tais crises econômicas cíclicas acabam por comparecer na cena histórica sem que necessariamente estejamos diante de esgotamento da forma social vigente.

Destarte, o ponto que nos interessa mais de perto diz respeito à relação existente entre os ciclos econômicos e as lutas de classes, de modo a averiguar de que modo se relacionam tais crises econômicas – cuja temporalidade é própria – à existência de crises políticas e/ou revolucionárias. Vejamos como Marx pensou esta questão ao longo de sua obra.

Marx, as crises e a revolução

Perto de morrer, Engels organizou em forma de brochura uma série de artigos de Marx dedicados ao desenvolvimento da Revolução de 1848 em *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*.⁴ Editado em 1895, Engels lhe escreveu célebre *Introdução*, documento conhecido como seu “testamento político”, em que reafirma algumas das impressões e caracterizações dele e de Marx sobre os eventos. Lembra que os dois

³ Penso no que Ellen Wood denomina de “separação” entre o econômico e o político, própria do capitalismo. Cf. (WOOD, 2003, p.27-49).

⁴ Publicados originalmente nos números 1, 2, 3 e 5-6 da *Neue Rheinische Zeitung: Politisch-ökonomische Revue*, 1850. Utilizamos (MARX, 2008: 35-196).

havia observado que uma crise do comércio internacional em 1847 havia sido a “parteira da revolução de 1848”, enquanto a retomada do desenvolvimento econômico em meados de 1849, por sua vez, selou a sua sorte. É nestes artigos de Marx (compilados por Engels) que está presente o cerne de uma hipótese que relaciona a crise econômica de 1847 com as revoluções de 1848.

Como é sabido, frente às revoluções de 1848, a burguesia preferiu confraternizar com a aristocracia a ter de se posicionar ao lado dos proletários e camadas populares, seja pela República ou pela Nação. As atitudes jacobinas do século anterior haviam ficado pra trás. O banho de sangue de junho de 1848 em Paris – quando toda a burguesia francesa, sob a liderança da fração republicana, se une para massacrar o proletariado insurreto –, era só um sintoma dos compromissos que esta estava disposta a assumir ante o surgimento de uma classe que encarnava a negação de sua própria sociedade. As revoluções de 1848 foram todas derrotadas. Na edição de maio-outubro da *Neue Rheinische Zeitung* de 1850, em trecho reproduzido no capítulo IV de *As lutas de classes na França*,⁵ como balanço de um movimento em franco descenso, Marx escrevera:

“Nessa prosperidade geral em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tão exuberantemente quanto é possível no seio das relações burguesas, não se pode falar de uma verdadeira revolução. Tal revolução só é possível nos períodos em que ambos os fatores, as modernas forças produtivas e as formas burguesas de produção, entrem em contradição entre si. (...) *Uma nova revolução só é possível na seqüência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta.*” (MARX, 2008: 183, grifo nosso)

Na primeira parte do parágrafo, não há como não lembrar a formulação análoga presente no “Prefácio” da *Contribuição à crítica da economia política* (1859), embora não exista (ainda) o conceito de relações de produção, figurando “formas burguesas de produção”. Entretanto, a idéia de que uma contradição profunda na esfera da produção cria a possibilidade de revolução é similar. Isso é bastante interessante do ponto de vista da reconstituição do pensamento marxiano, pois o Prefácio de 1859 é um texto cuja fortuna parece eventualmente estar em desacordo com a dialética das suas reflexões sobre situações concretas, como em *18 Brumário de Luís Bonaparte*, a *Guerra Civil em França* e na própria *As lutas de classe na França*. Vale também lembrar o contexto no

⁵ Como esclarece Maximilien Rubel, Engels reeditou alguns trechos do artigo do número 5-6 da revista no capítulo IV, tendo excluído, por exemplo, o trecho sobre o desenvolvimento da crise na Inglaterra, (RUBEL, s.d: 228).

qual Marx escrevia, pois já em setembro de 1850, ele e Engels haviam se retirado da Liga dos Comunistas, pelo fato dos outros dirigentes não aceitarem seu diagnóstico pessimista sobre a sorte da revolução. Mesmo assim permanece o fato de que o trecho acima propõe uma relação de *necessidade* entre as crises econômicas e as revoluções – ainda que (como lembrou uma contribuição recente, BIANCHI, 2008: 123), na narrativa de *As lutas de classes na França*, só depois que Marx expõe a natureza do regime surgido da Revolução de 1830 (a Monarquia de Julho), o predomínio da aristocracia financeira, o papel de oposição desempenhado pela burguesia industrial, a pequena burguesia, os camponeses, as aventuras militares do regime de Guizot, a crise fiscal do Estado e a dívida pública, é que aparece a crise econômica como elemento que acelerou o mal-estar geral e amadureceu o descontentamento que culminou na revolta (MARX, 2008, 70-71).

Porém, a proposição presente na conclusão do trecho – “*Uma nova revolução só é possível na seqüência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta.*” – pode aparentar uma certa tensão interna no pensamento de Marx entre uma visão determinista e uma outra visão que valoriza outras dimensões da vida social na determinação de uma situação histórica revolucionária. Todavia é preciso anotar que com todo o determinismo sugerido pelo raciocínio, a hipótese é um pouco mais complexa, e nisto vale a pena ver como Marx discute a importância da Inglaterra, o “*demiurgo do cosmos burguês*”, na determinação dos acontecimentos do continente europeu. Apesar das próprias crises econômicas terem se iniciado em solo inglês, foi só no continente que seu efeito acelerou os acontecimentos políticos tornando a situação revolucionária.

“(…) embora as crises dêem primeiro origem a revoluções no continente, as razões das mesmas encontram-se sempre na Inglaterra. As manifestações violentas têm naturalmente de surgir mais cedo nas extremidades do corpo burguês do que no coração, uma vez que aqui a possibilidade do equilíbrio é maior do que ali. Por outro lado, o grau em que as revoluções continentais repercutem sobre a Inglaterra é ao mesmo tempo o termômetro em que se lê até que ponto essas revoluções põem realmente em causa as relações da vida burguesa, ou até que ponto só atingem as suas formas políticas.” (Idem, 182-183).

Então, a fragilidade do próprio modo de produção capitalista na “*periferia*” (ou “*extremidade*”) européia do sistema é que explica a forma diferenciada com que a crise econômica determina a luta de classes nos distintos países. A profundidade com que tais revoluções continentais repercutem no “*demiurgo do cosmos burguês*” revela a própria

profundidade da crise deste modo de produção e se existe a possibilidade de superá-lo. Ainda assim, segue a idéia força de que existe uma relação de *necessidade* entre crises econômicas e revolução, o que abre espaço para diversas críticas.

Por sua vez, Daniel Bensaïd comenta que, tendo em vista as revoluções passadas, como em 1789-1830-1848, onde existiu a coincidência entre crises econômicas e a eclosão das revoluções, Marx acabou por fazer um prognóstico no qual busca ligar futuras crises econômicas, o que é demonstrável (dada a natureza cíclica do sistema), a novas revoluções, algo indemonstrável (BENSAÏD, 1995, 83-84). Ainda segundo Bensaïd, haveria nesta conclusão ambígua de Marx um “mal-estar teórico” entre sua nascente crítica da economia política e a filosofia da história hegeliana, com a qual Marx e Engels já haviam acertado suas contas entre 1845-1846. Leitor atento da historiografia sobre a Revolução Francesa, de onde retirou o conceito de luta de classes, Marx terá o exemplo vivo de uma grande Revolução, como a de 1789, onde o mal-estar econômico contribui com o aceleração dos tempos históricos. Aliás, como o próprio Engels admite na referida “Introdução”:

“Quando a revolução de fevereiro [de 1848] rebentou, todos nós, no que diz respeito às nossas representações das condições e do curso dos movimentos revolucionários, nos encontrávamos sob o fascínio da experiência histórica anterior, nomeadamente a da França. E era precisamente dessa experiência, que tinha dominado toda a história européia desde 1789, que de novo partia o sinal para a revolução geral.” (ENGELS, 2008, 41)

Quis assim, no calor do movimento em franco descenso e tomando a experiência das revoluções passadas, encontrar uma *regularidade* e, mais que isso, uma *sincronia* entre as crises econômicas e as revoluções.

Nesse sentido, vale à pena lembrarmos como Marx reelaborou suas idéias do balanço de 1850, num trecho célebre do Prefácio de 1859:

“Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De forma de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social.” (MARX, 1982: 25)

Existem nesta passagem muitos pontos em comum com o trecho supracitado do *Neue Rheinische Zeitung*, principalmente o fato do cerne do problema residir na contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a relações sociais de produção. Mas note-se que agora Marx se refere ao fato de tal contradição criar as condições para uma

época (histórica) de revolução social. Fala dos tempos longos. Não se trata, portanto, de uma relação de casualidade mecânica em relação aos ziguezagues da conjuntura econômica imediata. Até porque, como está desenvolvido neste mesmo Prefácio, uma formação social nunca desaparece sem que antes tenham sido desenvolvidas todas as suas contradições e potencialidades; que os homens não se põe tarefas históricas para as quais as condições para a sua resolução não estejam dadas ou em vias de aparecer.⁶ Tais condições não podem ser resultado das flutuações conjunturais das taxas de lucro, mas do amadurecimento de contradições profundas deste sistema pensadas em um prazo longo.

Tem-se, pois, um substancial desenvolvimento teórico do pensamento de Marx entre as avaliações sobre as revoluções de 1848 e redação da *Contribuição à crítica da economia política*.⁷ Entre um e outro ponto de sua trajetória temos uma modificação importante: o amadurecimento de sua crítica ao capitalismo.

A crise de 1857-58 no amadurecimento teórico de Marx

Transferindo-se para seu longo exílio em Londres desde 1849, Marx dedicou-se a retomada de seus estudos para a elaboração de sua crítica da economia política, afastando-se por mais uma década da militância política, embora mantendo contato com alguns círculos operários.⁸ Os anos 1850 foram particularmente importantes nessa empreitada, onde dividiu seu tempo entre a intensa colaboração jornalística para o *New York Daily Tribune* a partir de 1851, as crescentes dificuldades materiais de sua família e as horas intermináveis de estudo no Museu Britânico (MUSTO, 2008: 149-161).

Tendo entendido desde cedo a natureza cíclica do desenvolvimento capitalista, a duração de cada ciclo ainda seria um problema não resolvido por Marx. Como ficou evidente acima, o interesse do “Mouro” pelas crises tinha como razão principal a idéia de que estas desencadeariam uma nova revolução no continente europeu. Sobre este aspecto, em suas reminiscências, Wilhelm Liebknecht lembra que, mais de uma vez, Marx previu erroneamente a eclosão de crises econômicas no início dos anos cinquenta,

⁶ Aliás, é deste conjunto de proposições do Prefácio de 1859 que Antonio Gramsci vê serem expostos os princípios da sua “ciência política”, em seu famoso § 17 do Caderno 13. (GRAMSCI, 2007: 36-46).

⁷ E que reverbera no livro III de *O capital*, como veremos.

⁸ Somente em 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, é que Marx tomou parte ativa no movimento operário novamente.

no que foi zombado pelos amigos em diversas ocasiões (MEHRING, 1951: 252-253). Mandel confirma esta versão, dizendo que Marx e Engels prognosticaram crises em 1852, 1853 e 1855, e em todos estes casos falharam. Os dois revolucionários acreditavam que, tomando como base o ciclo precedente, crises periódicas eclodiriam a cada seis ou sete anos, daí os equívocos constantes (MANDEL, 1968: 78-79). Ainda segundo o economista belga, quando Marx escreveu sobre a crise econômica de 1847 ele ainda não tinha claro a diferença entre as crises monetárias que expressam crises de superprodução, daquelas crises monetárias autônomas, que podem aparecer até mesmo em situações de prosperidade. Do mesmo modo, não havia ainda o entendimento da relação entre a duração do ciclo e o tempo de reprodução do capital fixo.

Em 26 de setembro de 1856, numa carta enviada a Engels, Marx disse acreditar que “no inverno de 1857, irromperá uma grande crise monetária”. Desta vez o prognóstico foi correto. A crise fez o seu anúncio a Marx através do *New York Daily Tribune*, quando este cortou pela metade a encomenda de artigos semanais, aumentando suas dificuldades financeiras e de sua família (MEHRING, op. cit.: 252). Em 13 de novembro de 1857, Marx escreveu a Engels que apesar de estar em “miséria financeira”, “desde 1849 não me sentia tão *cosy* [confortável] como neste *outbreak* [tumulto]”. E em carta a Conrad Schramm, em dezembro do mesmo ano, sua companheira Jenny Von Westphalen comenta com o amigo da família como, apesar de todas as dificuldades materiais, o *Mouro* estava “feliz”, trabalhando com uma “energia juvenil”. Pois, sob o impacto da crise, Marx se pôs a estudar febrilmente com vistas descrever os elementos fundamentais do sistema, conforme relatou em uma conhecida carta a Engels, em 8 de dezembro de 1857: “Trabalho como um louco, noites inteiras adentro, para organizar meus estudos econômicos, para por às claras pelo menos os elementos fundamentais antes do *déluge* [dilúvio]”. Todavia, a crise econômica iniciada em 1857 não foi seguida de nenhum *dilúvio*, de nenhuma revolução. É certo que ocorreram greves e protestos de trabalhadores contra cortes de salário e o desemprego, em vários distritos industriais britânicos, e na França algumas mobilizações operárias perturbaram o regime de Luís Bonaparte. Nada mais que isto.⁹

⁹ No segundo dos três cadernos que Marx redigiu com informações e dados sobre o desenvolvimento da crise, ele colheu informações sobre um protesto de desempregados em Spitalfield ocorrido em janeiro de 1858. Sobre estes cadernos, ver (KRÄTKE, 2008a).

O curioso é que, como afirmou com argúcia Roman Rosdolsky: “Seu prognóstico revolucionário era uma ilusão. Mas, quantas vezes esse tipo de ilusão revelou-se frutífero!” (ROSDOLSKY, 2001: 25) Pois, foi neste contexto que Marx redigiu um dos seus mais brilhantes estudos econômicos: os *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, que comentaremos em seguida. Por hora, resta-nos apenas constatar o desafio que a história impôs a Marx: da crise econômica, que inclusive foi em termos quantitativos e extensão geográfica mais profunda que a anterior, sendo mesmo a primeira crise econômica verdadeiramente mundial (KRÄTKE, 2008b), não se seguiu nenhum *dilúvio*, nenhuma revolução social, ou qualquer tipo de convulsão mais profunda.

A discordância dos tempos

Bensaïd apresenta uma chave interessante para o nosso problema. Como apontamos acima, a periodicidade das crises para Marx no final dos anos quarenta ainda se pautava numa constatação empírica da recorrência das crises capitalistas. No *Manifesto Comunista*, por exemplo, quando Marx e Engels falam das crises de superprodução, suas considerações estão centradas em demonstrar a recorrência das crises como resultado das contradições do próprio sistema, o que certamente é uma base importante. Ainda assim, embora importante, trata-se de um plano que coloca a crise como uma *possibilidade* imanente da sociedade produtoras de mercadorias (aliada à percepção empírica de sua recorrência); mas ainda não existe uma compreensão da *necessidade* destas crises como único mecanismo que tal sociedade possui para regular o impulso desmedido do capital e lançar as bases para um novo ciclo de valorização do valor. Como acertadamente aponta Bensaïd, tal análise teórica das crises só será objeto de uma teoria mais sistemática na obra madura de Marx, nos *Grundrisse* – sua primeira grande síntese –, e principalmente nas *Teorias da Mais-Valia* e em *O Capital* (BENSAÏD, op. cit.: 84).

Mas aqui também reside uma outra dificuldade, posto que o abandono do plano de redação inicial da sua crítica da economia política – como logo veremos – levou consigo o livro de Marx dedicado às crises.¹⁰ Não existe, assim, uma teoria acabada das crises em Marx, ainda que possamos (e estejamos) de acordo com a interpretação

¹⁰ Sobre as modificações no plano de Marx, ver (ROSDOLSKY, op. cit., p.27-60).

segundo a qual o conceito de crise está pressuposto desde o início da exposição de *O capital*, como seu negativo (GRESPLAN, op. cit.). Portanto, existe uma constante reflexão sobre a crise, que acompanha a autonomização das formas sociais, da mercadoria desdobrando-se no dinheiro no início do livro I até os desdobramentos no capital portador de juros e no capital fictício no livro III de *O capital* (PAULANI, 2009). Sendo as próprias crises capitalistas o resultado do desdobramento de todas as contradições do sistema,¹¹ não há como ela não estar pressuposta em todas as fases da exposição categorial de sua crítica.¹²

De qualquer modo, voltando à sugestão de Bensaïd, o que Marx traz de seus estudos dos anos cinquenta é o próprio entendimento do capital como “uma organização contraditória do tempo social, uma articulação de ritmos discordantes que conhece periodicamente as convulsões da crise antes de concluir uma nova paz consigo mesmo” (BENSAÏD, op. cit.: 84). Se em meados dos anos quarenta, Marx e Engels já haviam feito um “ajuste de contas” com a filosofia da história alemã – criticando aqueles para quem “a história que está por vir seja a meta da história passada” –, de fato, como afirma Bensaïd, a “nova escrita da história” marxiana é anunciada apenas nos *Grundrisse* (e posta em ação em *O capital*) (BENSAÏD, 1999: 46). Enquanto na juventude Marx já tinha percebido a existência de discordância entre os tempos históricos – quando, por exemplo, diz na “Introdução” à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844) que os alemães eram contemporâneos apenas filosóficos da modernidade capitalista, participando de todas as suas restaurações sem tomar parte nas revoluções,¹³ ponto depois retomado no Pós-fácio da segunda edição de *O Capital* (1873)–¹⁴ é patente que só nos estudos maduros desenvolverá a noção de que a própria

¹¹ “A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. *A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra.*” (CARCANHOLO, 1997: 28, grifo do autor).

¹² Em acordo com esta leitura, David Harvey encontra ao longo de *O capital* três momentos (“cortes”) para a teoria das crises. Cf. (HARVEY, 1990).

¹³ “Participamos nas restaurações de nações modernas, sem termos tomado parte nas suas revoluções.” (...) “Somos contemporâneos *filosóficos* da época atual, sem sermos os seus contemporâneos *históricos*.” (MARX, 2005: 146 e 150).

¹⁴ Quando discute a relação entre o atraso para o desenvolvimento da economia política na Alemanha e o próprio atraso econômico e político do país em relação a Inglaterra, no plano econômico, e a França, no plano político. Mas este atraso alemão acaba por se tornar uma “vantagem”, quando a tarefa histórica passa a ser a de produzir uma crítica prática e teórica. Diz: “O desenvolvimento histórico

economia se move em crises, ciclos e rotações; em que aparecem as noções de *tempo de trabalho socialmente necessário*, *tempo de rotação*, *ciclo de rotação*, e onde as leis que regem o dinamismo econômico capitalista são *tendências* e operam também em face de *contra-tendências* – conforme estará brilhantemente exposto na seção terceira do Livro III, sobre a queda da taxa de lucro. Já se entende aqui o próprio capital como uma “organização contraditória do tempo social”.

Grundrisse

Um milhar de páginas onde há uma primeira síntese dos estudos de economia política de Marx nos anos cinqüenta. Escrito como um estudo – uma conversa de Marx com ele mesmo –, os *Grundrisse* não entram no rol de obras que o autor deixou incompletas para serem publicadas, como é o caso patente dos livros II, III e IV de *O capital*. Publicado somente em meados do século XX, o texto tem influenciado decisivamente o debate marxista desde os anos sessenta (Cf. MUSTO, 2009). É como um laboratório, um momento da pesquisa, que deveria ser reelaborado visando sua exposição.¹⁵ De qualquer modo, no manuscrito vê-se uma crítica da economia política mais acabada, e a aparição de categorias fundamentais, como a mais-valia – absoluta e relativa –, além da distinção entre capital constante e capital variável.¹⁶

Por volta de setembro de 1857, Marx elabora o que foi o primeiro plano estrutural da exposição, onde figuravam seis livros, que abordariam respectivamente os temas: capital, propriedade da terra, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial e as crises. O tema das crises, portanto, apareceria ao final de uma longa exposição. Contudo, tal plano fora posteriormente abandonado (1866)

peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua – crítica.” (MARX, 1983: 18).

¹⁵ Isto nos remete diretamente ao conhecido comentário, também do Pós-fácio da segunda edição (1873) de *O capital*: “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de capturar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.” (MARX, 1983: 20).

¹⁶ Ao lado da redação dos *Grundrisse*, Marx também escreveu uma série de artigos para o *New York Daily Tribune* comentando a própria crise em curso. Pretendia, como narra ao então amigo Ferdinand Lassale, em 21 de dezembro de 1857, além de elaborar os elementos fundamentais da crítica da economia política, “preparar algo sobre a crise presente”. Os artigos da *New York Daily Tribune* foram publicados no número 24 da revista *Lutas Sociais* (2010), com uma bela apresentação de Paulo Barsotti.

(ROSDOLSKY, op. cit.: 28-29), e o tema das crises acabou por deixar de “ocupar a posição de síntese conclusiva reservada a ela pelo projeto de 1857” (GRESPLAN, op. cit.: 33). Mas pode-se dizer que em *O capital*, que é o resultado do último plano de exposição, os outros cinco livros acabaram incorporados (ROSDOLSKY, op. cit.: 27-60), incluindo o referente as crises. Neste sentido, por ter-se ocupado com a crise desencadeada em 1857, tornando sua própria visão mais aguda, Marx pôde demonstrar reflexões apuradas sobre as contradições do sistema, como “na brilhante exposição, nos *Grundrisse*, sobre o problema da realização e das crises” (Idem, 26). Pois foi também no curso da crise de 1857-58 que Marx percebeu a relação entre os ciclos econômicos e o ciclo de rotação do capital fixo, alterando sua elaboração para um ciclo periódico decenal.

Não tendo qualquer sessão especial dedicada ao entendimento das crises, o tema figura nos *Grundrisse* em diversas passagens, como no trecho em que discute a circulação do capital e o problema da realização do valor,¹⁷ ou quando discute a controvérsia entre Ricardo e Sismondi sobre a possibilidade da superprodução (MARX, 1987a: 362-363). A crise mesma se “manifesta sob a metáfora da loucura” e as “tendências esquizóides do capital explodem numa esquizofrenia declarada”. Todavia, trata-se de uma loucura “que determina a vida dos povos” (BENSAÏD, 1995: 41).

O trecho que nos interessa mais de perto é aquele referente ao problema da tendência à queda da taxa de lucro, que Marx define nos *Grundrisse* como “a lei mais importante da moderna economia política” (MARX, 1987b: 281). É necessário dizer que não existe ainda neste texto uma elaboração precisa desta tendência, como posteriormente aparecerá no livro III. Ainda assim, com todas estas insuficiências, existem pontos importantes na abordagem da questão, especialmente no que diz respeito aos limites históricos do modo de produção capitalista e da possibilidade de sua superação por uma ordem social superior. É justamente este último aspecto que queremos destacar, posto que no manuscrito não existe uma reflexão propriamente sobre a revolução, enquanto práxis que supera a sociabilidade burguesa e cria as condições para o comunismo, mas sim uma consideração genérica. Vejamos o trecho:

¹⁷ Ver o capítulo 21 do livro supracitado de ROSDOLSKY, op. cit., p.265-278.

“A partir de um certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas se torna um obstáculo para o capital; portanto a relação do capital se torna uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. O capital, quer dizer o trabalho assalariado, chegado a um certo ponto entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema corporativo, a servidão na gleba e a escravidão, e, em sua qualidade de trabalho, se elimina necessariamente. *Com ele se acaba a última figura servil assumida pela atividade humana*, o trabalho assalariado por um lado e o capital por outro, e este despojamento mesmo é o resultado do modo de produção adequado ao capital; as condições materiais e espirituais para a negação do trabalho assalariado e do capital, as quais são já a negação das formas precedentes de produção social, são por sua vez resultados do processo de produção característico do capital. Em agudas contradições, crises, convulsões, se expressa a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade a suas relações de produção até hoje vigentes. *A violenta aniquilação do capital, não por circunstâncias alheias a ele mesmo, senão como condição de sua auto-conservação, é a forma mais contundente de aviso para que ele desapareça e dê lugar a um estágio superior de produção social.*” (Idem, 282, grifos nossos)

Sucintamente, a tendência à queda da taxa de lucro é entendida como resultado do próprio movimento auto-expansivo do capital, razão para sua desvalorização periódica. A tendência “vampiresca” do capital,¹⁸ impelido a substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto através da adoção de tecnologias poupadoras de força de trabalho, em seu movimento de expansão de si próprio acumula contradições que explodem, constituindo as crises recorrentes. No entanto, Marx finaliza o trecho apontando que a recorrência de tal tendência a crises acabaria por constituir um “sinal” (ou aviso) da necessidade de desaparecimento deste modo de produção. Observe-se que a comparação histórica feita pelo autor, remetendo a modos de produção anteriores ao capitalismo dá conta da afirmação do próprio caráter histórico do capitalismo.

Um comentador da envergadura de Roman Rosdolsky atribui a este trecho uma justificativa para a idéia de que em Marx haveria uma teorização sobre o colapso, ou a crise final do capital (ROSDOLSKY, op. cit.: 319).¹⁹ Diz o autor que a “afirmação de que Marx não havia proposto uma ‘teoria da derrocada’ deve remontar-se, antes de tudo, à interpretação revisionista de sua obra econômica, posterior à Primeira Guerra Mundial”.²⁰ Todavia, se observarmos com mais atenção o trecho e o compararmos com

¹⁸ Remeto aqui ao trecho do livro I: “O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa.” (MARX, 1983: 189).

¹⁹ Mas anote-se que a própria controvérsia da teoria do colapso (*Zusammensbruchstheorie*) ocorreu sem que seus protagonistas – Kautsky, Bernstein, Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranowsky, Conrad Schmidt, Louis B. Boudin, Hilferding, Henryk Grossman e Preobrajensky – tivessem tido acesso aos *Grundrisse*.

²⁰ Em seguida Rosdolsky presta um tributo a Rosa Luxemburgo e Henryk Grossmann pelo mérito de

o sentido dado por Marx no Prefácio de 1859 – referente à abertura de uma “época de revolução social” –, poderemos empreender uma leitura algo diferente da proposta por Rosdolsky. É também necessário lembrar o próprio caráter dos *Grundrisse*, que não é uma exposição acabada e sim um momento da pesquisa; em suma, um terreno fértil para as “especulações teóricas” de Marx.²¹ Ainda assim, acreditamos que o trecho não se presta à justificativa de uma teoria do colapso, supostamente atribuída ao autor de *O capital*.

Posteriormente, no livro III de *O capital*, justamente quando está tratando do desenvolvimento das contradições expressas na tendência à queda da taxa de lucro, Marx faz considerações num sentido muito próximo ao exposto acima nos *Grundrisse*. Em polêmica aberta com o único economista burguês de seu tempo a assumir esta tendência histórica (David Ricardo), nos diz Marx no início do capítulo XV:

“(…) os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo e, portanto, atribuem essa barreira não à produção, mas à Natureza (na doutrina da renda). O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção de riqueza enquanto tal; e essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio.” (MARX, 1983b: 183-184)

Tal como no trecho supracitado dos *Grundrisse*, Marx busca demonstrar como estes momentos típicos da exacerbação das contradições do sistema, que constituem as crises, são um terreno fértil para que os sujeitos históricos percebam o próprio caráter histórico do modo de produção capitalista. Nada mais que isto. Afinal, como dirá a seguir “As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.” (Idem, 188) São, assim, recorrentes e fazem parte do próprio desenvolvimento do capitalismo. Não são uma aberração e nem a senha para que o sistema conheça uma “morte natural”.²²

terem defendido a hipótese do colapso como parte da teoria de Marx (ROSDOLSKY, op. cit.: 573).

²¹ O que permite que no texto haja uma série de abstrações polêmicas, que na maior parte das vezes têm sido objeto de leituras tendenciosas e unilaterais desde pelo menos os anos 1970. Ver, por exemplo, as apropriações de André Gorz e Antonio Negri.

²² Uma excelente contribuição a este tema, que aborda pontos diferentes do nosso, pode ser lida em (ARCARY, 2006).

Considerações finais

Como a tradição teórica e política herdeira de Marx trabalhou a questão da relação entre as crises econômicas e as revoluções sociais é tema para um trabalho posterior. É certo que Engels, ao inserir sem nenhuma (auto)crítica o trecho de *Neue Rheinische Zeitung* em sua Introdução de 1895 (seu testamento político), contribuiu para dar corpo à idéia de que as revoluções são fenômenos sincronizados às tendências dos ciclos econômicos. E assim, é impossível, por exemplo, explicar o processo revolucionário que contagiou os cinco continentes em 1968, quando a situação econômica do capitalismo ainda era francamente favorável. Assim, o ritmo das lutas de classes, embora possa ser contagiado pelo mal-estar econômico, possui uma temporalidade própria. Se em 1848 os tempos da crise econômica e da revolução concordaram, Marx pode ver que em 1857-58 eles discordaram.

Bibliografia

- ARCARY, Valério. "O capitalismo pode ter morte natural?" In. *O encontro da revolução com a história*. São Paulo: Xamã/Sudermann, 2006, p.19-47.
- BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps*. Essais sur les crises, les classes, l'histoire. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995.
- _____. *Marx, o intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOITO JR. Armando. "O conceito de crise revolucionária: a França de 1789." In. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Ed.Unesp, 2007, p.109-136.
- CARCANHOLO, Marcelo. "Formas, conteúdo e causa: uma proposta de interpretação marxista do fenômeno crise." *Leituras de economia política*, Campinas, n.5, p.15-31, 1997.
- ENGELS, Friedrich. (Introdução) *As lutas de classe na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.37-62.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. O conceito de *crise* na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.
- HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- KRÄTKE, Micheal R. "Marx's 'books of crisis' of 1857-58." In. MUSTO, Marcello (Ed.). *Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London/New York: Routledge's, 2008a, p.169-175.

_____. “The first world economic crisis: Marx as an economic journalist.” In: MUSTO, Marcello (Ed.). *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London/New York: Routledge’s, 2008b, p.162-168.

MANDEL, E. *La formación del pensamiento económico de Marx*. México: Siglo XXI, 1968.

MARX, K. & ENGELS, F. *Marx and Engels Collected Works*. Vol. 10. 1849-51. Londres: Lawrence and Wishart, 1975. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/11/01.htm>, acessado em junho de 2010.

MARX, Karl. (Prefácio) *Para a crítica da economia política. Os economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.23-27.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1983a.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro III, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*, 1857-1858. Volume 1. 15ª edição. México: Siglo XXI, 1987a.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*, 1857-1858. Volume 2. 11ª edição. México: Siglo XXI, 1987b.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel (Introdução)*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: *A Revolução antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.35-196.

MEHRING, Franz. *Karl Marx, the story of his life*. 3ª impressão. Londres: George Allen & Unwin LTD, 1951.

MUSTO, Marcello. “Marx’s life at the time of the *Grundrisse*: biographical notes on 1857-8.” In: MUSTO, Marcello (Ed.). *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London/New York: Routledge’s, 2008, p.149-161.

_____. “Difusão e recepção dos *Grundrisse* no mundo. Uma contribuição para a história do marxismo.” *Crítica Marxista*, Campinas, n.28, p.99-108, 2009.

PAULANI, Leda Maria. “Autonomização das formas sociais.” *Crítica Marxista*, n.29, p.25-31, 2009.

POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. Nova York e Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto; EdUERJ, 2001.

RUBEL, Maximilien. *Karl Marx: ensayo de biografía intelectual*. Ed espanhola. Buenos Aires: Paidós, s.d.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.